

## **Educação Permanente: relato de uma experiência exitosa na formação de conselheiros municipais de saúde. Londrina - Paraná, 2010.**

**Autores:** Evelin Muraguchi<sup>1,2</sup>, Felipe Assan Remondi<sup>2,3</sup>, Rosalina Batista<sup>2</sup>, Maria Lucia da Silva Lopes<sup>2,4</sup>, Alberto Durán Gonzáles<sup>2,3</sup>, Maira Sayuri Sakay Bortoletto<sup>2,3</sup>, Carolina Milena Domingos<sup>2,3</sup>

### **Resumo:**

#### **Caracterização do Problema**

A Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde tem se consolidado como uma importante estratégia para garantir conquistas sociais rumo à democratização da gestão pública, em favor de um SUS cada vez mais fortalecido e maduro.

A relevância desta iniciativa é apresentada em vários momentos e as ações referentes à sua implementação são, inclusive, contempladas no Pacto pela Saúde. Os objetivos, estratégias de implantação e eixos estruturantes são evidenciados no Pacto de Gestão, fundamentados pela Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS.

No município de Londrina/PR, concomitante a estes marcos legais, o Conselho Municipal de Saúde (CMS) na figura de alguns conselheiros, trabalhadores em saúde e segmentos da academia já apostavam nessa estratégia, identificando nessa proposta a possibilidade de qualificar e fortalecer o controle social no município, desde os níveis locais, e mais, de (re)significar a participação popular na construção do SUS.

A articulação intersetorial dos atores começou a tomar forma através da parceria estratégica com a coordenação do Colegiado do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (COLMED), que dispunha de capital social, interesse e recursos financeiros do Pró-Saúde/Pró-Med para o desenvolvimento das atividades.

#### **Descrição da experiência**

Ao longo do primeiro ano de trabalho foram realizadas duas oficinas de formação e uma de planejamento; a estruturação de uma comissão independente, com atores intersetoriais, e sua posterior constituição como Comissão do CMS; a viabilização de recursos financeiros para realização das atividades pelo COLMED e pela Autarquia Municipal de Saúde de Londrina, além do Planejamento das atividades para 2010 incluindo o “Ciclo de encontros para conselheiros 2010”, em conjunto com o processo de formação de lideranças e fortalecimento dos conselhos locais de saúde.

A primeira etapa representou a mola propulsora do processo. Sendo viabilizada financeira e estruturalmente pelo COLMED, o evento contou com 144 participantes dentre conselheiros de saúde de Londrina e Região, trabalhadores, estudantes, residentes e autoridades como o Secretário Estadual de Saúde, Secretário Municipal de Saúde de Londrina e Promotor de Saúde do município de Londrina.

Contando com a presença do Professor Doutor Gilson Carvalho na coordenação das atividades, a utilização de metodologias ativas foi o eixo transversal do processo. Ao

---

<sup>1</sup> COLMED/UEL, Colegiado do Curso de Medicina da UEL

<sup>2</sup> CEP/CMS Londrina, Comissão de Educação Permanente do CMS de Londrina

<sup>3</sup> CEBES Londrina, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde

<sup>4</sup> CISMEPAR – Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

final do encontro, as propostas e sugestões levantadas foram aprovadas e encaminhadas à reunião do CMS para reflexão e operacionalização. Do produto final, ressalta-se algumas colocações como: a necessidade de fortalecimento dos conselhos locais e regionais, a capilarização do poder do CMS, o repensar de sua forma de organização e suas comissões e a ampliação da articulação com as escolas formadoras.

Na avaliação geral desta etapa, 98% dos participantes consideraram o evento como ÓTIMO e 2% como BOM.

A partir da efervescência gerada e da agregação de novos atores ao processo constituiu-se uma comissão independente para dar continuidade à educação permanente. Formada pelos diversos atores já citados, foi a responsável pela realização da II e III etapa da formação, possibilitando uma maior integração entre a Universidade, os serviços envolvidos e o Controle Social.

A segunda etapa foi realizada um mês após a primeira, com base na necessidade dos conselheiros de se apropriarem dos instrumentos de gestão do SUS (PPA, Plano de Saúde, LDO, LOA, etc.) que estavam sendo construídos e aprovados no momento. Dessa vez, com um período de tempo reduzido, o segundo momento aconteceu na forma de uma palestra seguida de debate, contando novamente com o professor doutor Gilson Carvalho na coordenação.

A terceira etapa teve como grande aposta (re)significar o processo de formação para os conselheiros de saúde, possibilitando que este fosse internalizado como ação do CMS e não mais de uma comissão entusiasta. Para isso, trazer os conselheiros e lideranças comunitárias para o centro do planejamento das ações era fundamental, tornando-os sujeitos da construção e alinhando os futuros projetos ao real interesse desses coletivos.

Organizada em oito horas de trabalho, aumentou as parcerias sendo realizada em outra instituição de ensino superior e teve seu foco ampliado (usuários e lideranças locais). A oficina contou com 109 participantes que pela manhã participaram de uma discussão sobre: “A participação dos usuários nas políticas de saúde” e, em seguida, se debruçaram sobre o tema da “Educação Permanente” e “Como agregar pessoas e fortalecer os conselhos locais de saúde?”. Os participantes foram divididos em grupos de acordo com as regiões de origem (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro) e ali, além de aprofundar a discussão, os grupos propuseram alguns encaminhamentos para o planejamento das atividades de 2010.

Tendo como norte o produto final dessa terceira etapa, a renovação dos membros do CMS e a necessidade de inclusão das lideranças e conselhos locais, a comissão estruturou as atividades para 2010 em dois momentos. No primeiro semestre, a proposta continua sendo a formação dos conselheiros de saúde e a abordagem de temas relevantes relacionados ao cenário político da saúde em Londrina e região.

Portanto, neste segundo momento, ainda com um formato a ser consolidado, a proposta é que as oficinas sejam dispositivos para a agregação e motivação das lideranças locais. Prevê-se que a construção seja compartilhada com os conselheiros da região e lideranças já identificadas, de forma que o processo de organização e estruturação desses encontros se transforme em aprendizagem significativa para todos os envolvidos.

O ano de 2010 tem se mostrado de tanta efervescência quanto o anterior. Com a posse dos novos conselheiros, a comissão foi oficializada dentro do CMS. Outra grande conquista foi à dotação orçamentária por parte da prefeitura, articulação com o Polo Regional de Educação Permanente e a renovação da parceria com o Pró-Med e Pró-Saúde, pelo COLMED.

### **Efeitos alcançados**

O impacto dos movimentos realizados pode ser avaliado pelo alto grau de satisfação dos participantes nos diferentes momentos, na ampliação da relação entre a academia e o controle social e, talvez o mais relevante, na mudança do comportamento dos conselheiros.

Portanto, prova da assertividade das ações e da coerência do grupo pode ser vista nos avanços perceptíveis da atuação dos conselheiros e, talvez o mais importante, no aumento das parcerias e das pessoas comprometidas com a proposta da Educação Permanente.

Analisando outro aspecto apontado, a relação entre o controle social, Municipal de Saúde e Conselheiros, e a academia, Universidade Estadual de Londrina, demonstra que esse projeto tem sido relevante para o aprofundamento das relações existentes e a criação de novas demandas. Além disso, o interesse dos conselheiros, e de certa forma da comunidade representada por eles, para ações como o Pet-Saúde e estágios interdisciplinares da Medicina e Enfermagem tem aumentado. A perspectiva é de que esses atores sintam-se sujeitos no processo de formação desses e dos demais profissionais da área da saúde, da universidade e de outras instituições de ensino superior e médio.

Quanto à atuação dos conselheiros avalia-se que o processo de formação, por si só, não foi determinante. Outros dispositivos, como situações conjunturais desafiadoras determinadas pela política municipal, também contribuíram como fator impulsionador da legitimidade do projeto. Acredita-se que os bons encontros entre os diferentes atores: estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, gestores, usuários, conselheiros e trabalhadores, serviram de apoio no enfrentamento das diversas fragilidades vivenciadas em 2009. Nessa análise o processo de formação foi fundamental para embasar e fomentar as mudanças observadas e não essencialmente para dispará-las. Notou-se que os conselheiros passaram a dar uma importância maior a aprovação dos instrumentos de gestão do SUS e começaram a reivindicar o papel de planejamento do CMS, superando a lógica de um espaço meramente consultivo.

### **Recomendações**

Acreditar na população para a efetiva implantação da Reforma Sanitária e, por conseqüência, no fortalecimento do SUS, sejam a principal recomendação e o grande motivador de todo processo. Este, em particular, se originou de uma tímida necessidade percebida por alguns usuários, conselheiros e trabalhadores da saúde e se viabilizou da maneira sonhada, pela inclusão de novos atores e a formação de parcerias estratégicas.

Portanto, sem a parceria fundamental com pessoas e instituições comprometidas com o avanço do controle social, o desejo de alguns não teria tomado forma. Nesse aspecto, a participação de todos, em especial do COLMED com recursos do Pró-Med e Pró-Saúde foi de grande relevância, e nos aponta para a necessidade cada vez maior da vivência da palavra – integração.